

REFORMA DO JUDICIÁRIO

ARNALDO ESTEVES LIMA*

Juiz do TRF - 2ª Região

A imprensa tem noticiado que a OAB e a AMB estudam, em conjunto, por comissão constituída por representantes de ambas, sugestões a serem apresentadas para a reforma desse Poder. Na esfera legislativa tal exigirá, no ápice, a edição de emenda constitucional para modificar a sua estrutura e competência. Num segundo passo, serão necessárias mudanças na legislação ordinária - especialmente na processual - para, não só adaptá-la ao novo figurino que resultar da EC mas, sobretudo, para torná-la mais simples e ágil. Esta providência, para o cotidiano, parece ser mais importante do que aquela. De igual ou maior relevo será, também, a conscientização sempre crescente dos profissionais do Direito, em todos os seus segmentos, da importância que tem a interpretação e aplicação das normas jurídicas às situações concretas, buscando extrair - o que desejo enfatizar, aqui - o máximo de eficácia e utilidade de seu texto, pois tal constitui, também, fator relevante na melhoria do desempenho do mesmo Poder. Desnecessário lembrar que a morosidade é a acusação mais comum que lhe é feita. No geral, tal é verdadeiro. As causas são notórias, desnecessário repeti-las.

Sem desrespeito ao devido processo legal e sem se desvirtuar os diversos procedimentos judiciais de seus fins precípuos, uma concepção mais prática muito poderá contribuir para sua crescente melhoria. Por exemplo, a Lei 5.021/66, em seu art.1º, prescreve que: "O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público federal, da administração direta ou autárquica, e a servidor público estadual e municipal, somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial". O eg. STF, de há muito, editou a Súmula 271, a saber: "Concessão de mandado de



* Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 19 de agosto de 2004.

segurança não produz efeitos patrimoniais, em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria." A jurisprudência da mesma Corte só admite a liquidação, no mesmo processo, das diferenças vencidas entre a data da impetração e a da sentença, interpretando o que se contém no § 3º, do mesmo preceito. Em consequência, existindo diferenças anteriores - geralmente há -, o servidor-impetrante terá que ingressar com outra ação para pleiteá-las. Será mais um processo. Seria mais prático, sem se maltratar princípios ou normas legais cogentes, que tais diferenças fossem liquidadas - não pagas, porque dependentes de precatório - art.100/CF - nos mesmos autos da ação mandamental. Parece inexistir incompatibilidade entre esta medida e a ação em foco, a qual cumpre a sua finalidade básica com a obtenção do pedido mandamental formulado, poderia, num passo à frente, admitir-se a liquidação da dívida pretérita nos mesmos autos. Similitude ocorre em questões tributárias. Muitas vezes ajuíza-se segurança para afastar a exigibilidade de certa espécie de tributo ou sua elevação, considerada inconstitucional ou ilegal, obtendo-se êxito. As diferenças pagas, anteriormente, passíveis de restituição ao contribuinte, só lhes serão restituídas, no entanto, se ele ingressar com outra ação e lograr sucesso. Por que não liquidá-las, também, nos mesmos autos, observado o devido processo legal? Esta reiteração, diríamos assim, de procedimentos contribui, de forma decisiva, para o aumento das demandas.

Quanto ao **habeas corpus**, está sedimentado ser impossível examinar, analiticamente, em seu processo, provas. Na perspectiva que colocamos, imagino que melhor seria admitir-se tal exame desde que existentes as provas - documentos, perícias, testemunhos etc. -, no bojo do processo. Não se deveria afastar seu exame sob o argumento de incompatibilidade do procedimento, cujo fim precípuo é o de preservar a liberdade de locomoção mas, além disso, sob o ângulo da utilidade poderia contribuir, eficazmente, para a solução, desde que deferida a

ordem, da lide penal subjacente, pondo-lhe fim, se fosse o caso. O que é incompatível com o **HC**, a exemplo do **MS**, é a produção de prova no seu processo. Não há lugar para tanto, ante seu rito, por natureza célere e concentrado. Examiná-la, todavia, desde que já constituída, não deveria ser descartado, ainda que intrincada. Exemplos outros podem ser lembrados - ação cautelar que resolve a lide mas, ainda assim, ajuiza-se ação principal - etc.

Não sugiro - longe disso - desvirtuar ou descaracterizar institutos jurídicos tão relevantes como os mencionados. Seus princípios foram consolidados ao longo de anos e anos de labor interpretativo, o que, entretanto, não deve impedir que se extraia deles, ainda, algo mais que podem oferecer, sempre em busca da melhoria da instituição-mater, que é a Justiça. Em suma, persistem firmes cumprindo sua finalidade constitucional e legal. Além disso, de forma secundária mas, relevante, contribuiriam, se viável a idéia, para abreviar a solução total da respectiva lide, evitando mais processos. Isto os valorizariam mais ainda aos olhos dos cidadãos, cujos direitos se destinam a proteger. A superposição de ações, no sentido amplo, incluindo-se aí, recursos com finalidades - no fundo - iguais, deve ser evitada, buscando os operadores do Direito solução, sempre que possível, nesse sentido. É fundamental mudança de comportamento, sobretudo cultural, na aplicação das normas jurídicas, sem o que dificilmente qualquer reforma, por mais bem elaborada que seja, dará bons resultados. O trabalho é difícil. A importância do objetivo - melhoria do nosso Judiciário para **todos os seus destinatários, sem exceção** - é altamente animadora. Em frente, pois, as gloriosas e combativas OAB e AMB, certas da solidariedade da classe jurídica nacional, eis que a causa é muito nobre, em favor de nossa cidadania.